

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº2025/000045)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de tablets e impressoras portáteis para viabilizar a execução do desenvolvimento da solução focada nas atividades de fiscalização para otimizar os trabalhos em campo, passar a coletar dados e gerar painéis de inteligência para apoio a tomada de decisão e 01 Aspirador de Pó para uso do Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região Espírito Santo – CREF22/ES.

| Item | Descrição | CATMAT | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--|---|------------|----------------|---------------|
| 01 | <p>Especificações Técnicas – modelo e referência Tablet Samsung Galaxy Tab S10 FE 5G, Referência SM-X520NZADZTO</p> <p>Tipo de Processador; Octa Core</p> <p>Câmara;</p> <p>Tamanho da tela: 10.9 ".</p> <p>Capacidade: 128 GB.</p> <p>memória RAM: 8 GB.</p> <p>Sistema operacional: Android 15.</p> <p>Resolução da tela de 2304px x 1440px.</p> <p>Conector do fone de ouvido: USB Type-C.</p> <p>câmeras traseiras 13 Mpx</p> <p>Capacidade máxima de memória suportada 1,5 TB</p> <p>Com desbloqueio facial: Sim</p> <p>sistema operacional Android</p> <p>Acessórios incluídos Capa protetora, Caneta S Pen, Carregador, Guia rápido, Extrator da bandeja de MicroSD, Cabo USB Tipo-C, com película inclusa e instalada.</p> <p>Sensores Acelerômetro, Giroscópio, Geomagnético, Sensor hall, Luz RGB</p> <p>Capacidade da bateria 8 mAh</p> <p>Altura do tablet 16,58 cm</p> <p>Largura do tablet 25,43 cm</p> <p>Resolução das câmeras frontais 12 Mpx</p> |  | 7 | R\$ 3.755,16 | R\$ 26.286,12 |

| | | | | |
|----|--|--|---|-------------------------------|
| | <p>Processadores Exynos 1580 Conectividade 5G, WIFI 6 Localização GPS, Glonass, Beidou, Galileo, QZSS</p> | | | |
| 02 | <p>Especificações Técnicas – Modelo de referência Impressora Zebra Portátil ZQ521 ZQ52-BUW000L-L3</p> <p>Sistema operacional: Link-OS® Resolução: Resolução de 203 dpi (8 pontos/mm) Memória: 4 GB de RAM; 4 GB de Flash (padrão) 8 MB de DRAM; 64 MB de Flash (disponíveis ao usuário) Largura máxima de impressão: 4,09 pol./104 mm Velocidade máxima de impressão: Até 5 pol./127 mm por segundo (com o Modo de Rascunho habilitado) Sensores de mídia: Sensores de mídia com marca preta e lacunas, usando sensores fixos na posição central Comprimento de impressão: Máximo: 39 pol. Alimentação: Bateria de Li-Ion PowerPrecision+ de 3.250 mAh (nominais) removível e recarregável Dimensões: 6,2 pol. C x 6,1 pol. L x 2,6 pol. A - 158 mm C x 155 mm L x 67 mm A Peso com bateria: 1,73 lb/0,79 kg Largura máxima da mídia: 4,45 pol./113 mm +1 mm Tamanho máximo do rolo de mídia: 2,24 pol./57 mm Espessura máxima de mídia: 0,0063 pol. (0,16 mm) para etiquetas 0,0055 pol. (0,1397 mm) para etiquetas/recibos</p> |  | 7 | R\$ 7.194,80 R\$ 50.363,60 |

| | | | | | |
|----|--|---|---|--------------|--------------|
| | <p>Espessura média de mídia: 0,05842 mm (0,0023 pol.) para todas as mídias</p> <p>Tipos de mídia: Recibo, etiqueta de lacuna/marca preta, marcador, mídia sem forro</p> <p>Ambiente:</p> <p>Temperatura operacional -4 °F a 131 °F/-20 °C a 55 °C</p> <p>Umidade operacional 10% a 90% em condensação</p> <p>Temperatura de carregamento 32 °F a 104 °F/0 °C a 40 °C</p> <p>Temperatura da base 32 °F a 122 °F/0 °C a 50 °C</p> <p>Temperatura de armazenamento -22 °F a 150 °F/-30 °C a 66 °C</p> <p>Umidade no armazenamento 10% a 90% sem condensação</p> <p>Homologações: Emissões: FCC parte 15, subparte B, EN55022 classe B, EN55024, ICES- 003, EN55032 e EN301489</p> | | | | |
| 03 | <p>ASPIRADOR DE PÓ</p> <p>Tensão: 127V</p> <p>Vácuo: 185mbar</p> <p>Tipo de Filtro: Filtro Espuma e Saco</p> <p>Coletor de Pó</p> <p>Potência: 2000W</p> <p>Nível de Ruído: 65dB</p> <p>Níveis de Filtragem: 2 níveis</p> <p>Mangueira: 1,6m</p> <p>Índice de Proteção: IPX4</p> <p>Frequência:</p> <p>60Hz</p> <p>Classe de Isolação: 2</p> <p>Capacidade Útil para Água: 13,6</p> <p>Capacidade Total Líquidos e Sólidos:25,0</p> <p>Capacidade do Saco de Pó: 6,5 kg</p> <p>Capacidade (Total/Útil): 6,5</p> <p>Cabo Elétrico: 5m Aspira Água:</p> <p>Sim Cor: Inox, Preto e Amarelo</p> <p>Peso Líquido: 3,91kg</p> <p>Peso Bruto: 5,6kg</p> <p>COR: Inox, Preto e Amarelo</p> |  | 1 | R\$ 1.164,48 | R\$ 1.164,48 |

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Dimensões do Produto (CxLxA): 33 x 33 x 53,5 cm Dimensões da Embalagem (CxLxA): 34,5 x 35 x 50,0 cm Garantia: 1 Ano | | | | |
| Valor Total Estimado = R\$ 77.814,20 | | | | |

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4 O prazo de vigência será finalizado com a entrega e aceite definitivo dos objetos

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O empenho ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região- CREF22/ES tem como objetivo principal, registrar profissionais de Educação Física, emitindo cédula Profissional aos graduados em Educação Física (Licenciatura, Bacharel, Provisionado, “Tecnólogo” e graduação no exterior, as validando, a fim que os deixem aptos a atuar nas áreas específicas e fiscalizar o exercício profissional, de acordo com a Lei Federal 9.696/98 ratificada pela Lei Federal 14.386/22.

2.2 A fiscalização tem o papel preponderante de garantir a sociedade que, quem esteja ministrando, orientando, coordenando as atividades físicas e esportivas, seja um Profissional de Educação Física, bem como, que os estabelecimentos prestadores de atividades físicas, estejam devidamente registrados no Sistema CONFEF/CREF's, garantindo a integridade física e saúde dos praticantes e obedecendo as legislações vigentes.

2.3 Diante desta finalidade e necessidade de otimização do Departamento de Fiscalização no que tange a atender mais diligências, o CREF22/ES irá desenvolver um software que permitirá aos fiscais um registro mais eficaz e ágil das fiscalizações, com diminuição do tempo para preenchimento de termo de visita de forma manual e emissão de indicadores de forma mais simplificada em relação ao sistema operacional usado atualmente.

2.4 O Conselho Regional de Educação Física do Espírito Santo (CREF22/ES) desempenha um papel crucial na garantia da qualidade e segurança dos serviços de Educação Física no estado. No entanto, o processo de fiscalização atual, em grande parte manual, apresenta desafios relevantes como:

- Ineficiência: Tempo elevado para coleta, processamento e análise de dados.

- Limitação de Escala: Dificuldade em abranger todos os estabelecimentos e profissionais no estado. Vulnerabilidade a Erros: Processos manuais aumentam o risco de erros e inconsistências.
- Dificuldade no Acompanhamento: Baixa rastreabilidade das fiscalizações e do cumprimento das regularizações.
- Baixo Custo-Benefício: Os processos possuem pouca tecnologia embarcada e são em geral manuais, o que acabam gerando gastos elevados e prejudicam a análise e inteligência de dados.

2.5 A implementação de um software de fiscalização visa otimizar esses processos, tornando-os mais eficientes, inteligentes, precisos e abrangentes. O processo de fiscalização atual do CREF22/ES, predominantemente manual, enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficiência, abrangência, precisão e custo-benefício. A implementação de um software de fiscalização se apresenta como uma solução estratégica para otimizar esses processos, tornando-os mais eficientes, inteligentes, precisos e abrangentes.

2.6 Para garantir a plena eficácia do software, faz-se necessária a aquisição de dispositivos móveis, como tablets e impressoras portáteis. Os tablets permitirão aos fiscais coletarem dados em campo de forma digital e em tempo real, eliminando a necessidade de anotações manuais e reduzindo o tempo de coleta e o risco de erros. As impressoras portáteis possibilitarão a emissão imediata de notificações e autos de infração, agilizando o processo de regularização e aumentando a transparência das ações de fiscalização.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 O objeto da contratação está disposto no item 1 deste termo de referência

3.2 A descrição da solução visa à seleção de proposta para Dispensa de Licitação Eletrônica, para a Aquisição de tablets e impressoras portáteis para viabilizar a execução do desenvolvimento da solução focada nas atividades de fiscalização para otimizar os trabalhos em campo, passar a coletar dados e gerar painéis de inteligência para apoio a tomada de decisão para uso do Conselho Regional de Educação Física da 22ª Região Espírito Santo – CREF22/ES.

3.3 Cada item deste objeto foi descrito de forma detalhada no **subitem 4** com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir condições vantajosas no fornecimento e maiores descrições das dimensões dos objetos serão descritos no Termo de Referência

3.4 Na solução como um todo foi considerada o ciclo de vida dos itens, sendo escolhidas para os produtos características que envolvem maior durabilidade, qualidade, rendimento, compatibilidade e segurança

3.5 Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal de Compras (código catmat) e os constantes no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência

3.6 Após realizada a licitação, as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos materiais conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo

criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de material

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1.1 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo.

4.1.1.1 IMPRESSORAS TÉRMICAS

4.1.1.1.1 Especificações Técnicas – Modelo de referência Impressora Zebra Portátil ZQ521 ZQ52-BUW000L-L3

4.1.1.1.2 Sistema operacional: Link-OS®

4.1.1.1.3 **Resolução:** Resolução de 203 dpi (8 pontos/mm)

4.1.1.1.4 **Memória:** 4 GB de RAM; 4 GB de Flash (padrão) 8 MB de DRAM; 64 MB de Flash (disponíveis ao usuário)

4.1.1.1.5 Largura máxima de impressão: 4,09 pol./104 mm

4.1.1.1.6 **Velocidade máxima de impressão:** Até 5 pol./127 mm por segundo (com o Modo de Rascunho habilitado)

4.1.1.1.7 **Sensores de mídia:** Sensores de mídia com marca preta e lacunas, usando sensores fixos na posição central

4.1.1.1.8 Comprimento de impressão: Máximo: 39 pol.

4.1.1.1.9 **Alimentação:** Bateria de Li-Ion PowerPrecision+ de 3.250 mAh (nominais) removível e recarregável

4.1.1.1.10 **Dimensões:** 6,2 pol. C x 6,1 pol. L x 2,6 pol. A - 158 mm C x 155 mm L x 67 mm A

4.1.1.1.11 Peso com bateria: 1,73 lb/0,79 kg

4.1.1.1.12 **Largura máxima da mídia:** 4,45 pol./113 mm +1 mm

4.1.1.1.13 Tamanho máximo do rolo de mídia: 2,24 pol./57 mm

4.1.1.1.14 Espessura máxima de mídia:

- 0,0063 pol. (0,16 mm) para etiquetas
- 0,0055 pol. (0,1397 mm) para etiquetas/recibos

4.1.1.1.15 **Espessura média de mídia:** 0,05842 mm (0,0023 pol.) para todas as mídias

4.1.1.1.16 **Tipos de mídia:** Recibo, etiqueta de lacuna/marca preta, marcador, mídia sem forro

4.1.1.1.17 Ambiente:

- Temperatura operacional -4 °F a 131 °F/-20 °C a 55 °C

- Umidade operacional 10% a 90% em condensação
- Temperatura de carregamento 32 °F a 104 °F/0 °C a 40 °C
- Temperatura da base 32 °F a 122 °F/0 °C a 50 °C
- Temperatura de armazenamento -22 °F a 150 °F/-30 °C a 66 °C
- Umidade no armazenamento 10% a 90% sem condensação
- Homologações: Emissões: FCC parte 15, subparte B, EN55022 classe B, EN55024, ICES- 003, EN55032 e EN301489

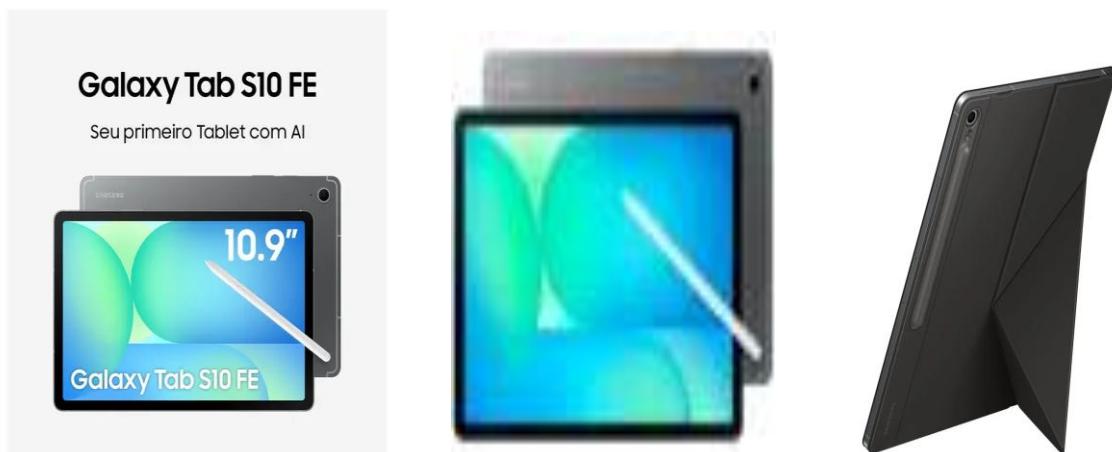
4.1.1.1.18 Imagens de Referência:



4.1.1.2 Tablet Samsung Galaxy Tab S10 FE 5G, Referência SM-X520NZADZTO

- 4.1.1.2.1 Tipo de Processador; Octa Core Câmara;
- 4.1.1.2.2 Tamanho da tela: 10.9 ".
- 4.1.1.2.3 Capacidade: 128 GB.
- 4.1.1.2.4 memória RAM: 8 GB.
- 4.1.1.2.5 Sistema operacional: Android 15.
- 4.1.1.2.6 Resolução da tela de 2304px x 1440px.
- 4.1.1.2.7 Conector do fone de ouvido: USB Type-C.
- 4.1.1.2.8 câmeras traseiras 13 Mpx
- 4.1.1.2.9 Capacidade máxima de memória suportada 1,5 TB
- 4.1.1.2.10 Com desbloqueio facial: Sim
- 4.1.1.2.11 sistema operacional Android

- 4.1.1.2.12 Acessórios incluídos Capa protetora, Caneta S Pen, Carregador, Guia rápido, Extrator da bandeja de MicroSD, Cabo USB Tipo-C, com película inclusa e instalada.
- 4.1.1.2.13 Sensores Acelerômetro, Giroscópio, Geomagnético, Sensor hall, Luz RGB
- 4.1.1.2.14 Capacidade da bateria 8 mAh
- 4.1.1.2.15 Altura do tablet 16,58 cm
- 4.1.1.2.16 Largura do tablet 25,43 cm
- 4.1.1.2.17 Resolução das câmeras frontais 12 Mpx
- 4.1.1.2.18 Processadores Exynos 1580
- 4.1.1.2.19 Conectividade 5G, WIFI 6
- 4.1.1.2.20 Localização GPS, Glonass, Beidou, Galileo, QZSS
- 4.1.1.2.21 Imagens de Referência:



4.2 O fornecimento do objeto deverá seguir as especificações mínimas descritas e as condições de entrega presentes neste Termo de Referência

4.2.1 Havendo divergência entre o código CAT/MAT do material no sistema COMPRAS/GOV e a apresentado neste termo de referência, prevalecerá a última

5 Subcontratação

5.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega

6.1.1 A entrega dos materiais, em sua totalidade, deverá ser realizada em parcela única, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento

6.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço;

6.2.1 Os materiais deverão ser entregues onde, atualmente, localiza-se a sede do CREF22/ES: Edifício CENTURY TOWERS AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, 699 - TORRE B - SL 701 a 706 - Santa Lucia, Vitória - ES, 29056-250

7 Garantia, manutenção e assistência técnica

7.1 A contratada deverá dar garantia dos materiais pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.

7.2 Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, instalação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

7.3 O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da

7.3.1.1 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 5 (dias) úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

7.3.1.2 A falta do fornecimento em condições que representem riscos ao desenvolvimento das atividades da **CONTRATANTE**, autorizará este último à convocação dos proponentes remanescentes, devendo a **CONTRATADA** arcar com a diferença dos custos decorrentes de tal contratação, exceto se a interrupção for a pedido da **CONTRATANTE**, ou por motivo para o qual a **CONTRATADA** não tenha concorrido direta ou indiretamente e nos casos de força maior ou caso fortuito.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9 Fiscalização

9.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

9.2 Fiscalização Técnica

9.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.2.1.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.2.1.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.2.1.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

9.2.1.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

9.2.1.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.3 Fiscalização Administrativa

9.3.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.4 Gestor do Contrato

- 9.4.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 9.4.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 9.4.2.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 9.4.2.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 9.4.2.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 9.4.2.4 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 9.4.2.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 Recebimento

- 10.1.1 Os bens serão recebidos no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado

10.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis

10.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11 Liquidação

11.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.1.3 o prazo de validade;

11.1.4 a data da emissão;

11.1.5 os dados do contrato e do órgão contratante;

11.1.6 o período respectivo de execução do contrato;

- 11.1.7 o valor a pagar; e
- 11.1.8 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.1.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 11.1.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.11 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 11.1.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 11.1.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.1.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 11.1.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12 Prazo de pagamento

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.1.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.1.2 Forma de pagamento

12.1.3 O pagamento será realizado por meio de **boleto bancário**.

12.1.4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução Nota Fiscal emitida para a CONTRATANTE deverão constar o **boleto bancário**.

12.1.5 Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo “OBSERVAÇÕES”, o número da nota de empenho, o Processo e a Emissão do objeto do contrato.

12.1.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.1.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

12.1.8 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.1.9 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

13 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.2 Forma de fornecimento

13.2.1 O fornecimento do objeto será integral.

13.2.2 Exigências de habilitação

13.2.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14 Habilidade jurídica

14.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

14.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

14.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

14.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

14.2.9 Qualificação Econômico-Financeira

14.2.10 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Sege/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

14.2.11 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.2.12 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15 Qualificação Técnica

15.1 Qualificação Técnica: Para qualificação técnica, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

15.1.1 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (DA LICITANTE). Atestado, certidão ou declaração expedido por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, qualificando e comprovando a prestação dos serviços em características com o objeto da presente licitação

15.1.2 O atestado, certidão ou declaração, deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da pessoa jurídica, contendo a identificação do signatário, cargo, nome e telefones para contato, tipo de serviço prestado, local da prestação dos serviços, características e caracterização do bom desempenho da LICITANTE

16 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 Os recursos destinados à contratação dos serviços de que trata o objeto serão oriundos da dotação orçamentária constante no orçamento do CREF22/ES, exercício 2025

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos:

Conta: 6.2.2.1.01.02.005
Descrição: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Conta: 6.2.2.1.01.02.009
Descrição: ESQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

18 CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

18.1 O custo estimado total de contratação é de R\$ 77.814,20 (setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos) conforme custos unitários apostos no presente tópico nº 1.1 deste Termo de Referência

18.2 INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

18.2.1 Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do Pregão Eletrônico pelo e-mail licitacao@cref22.org.br

19 DO FORO

19.1 As questões decorrentes da execução do objeto que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Vitória (ES), 17 de outubro de 2025.

Suellen da Silva Torres
Supervisora Regional

Ibsen Lucas Pettersen Pereira
Presidente CREF22/ES